

**Boletim Informativo do CEPA ♦ Edição de Agosto de 2005 ♦ Número 11 ♦  
Publicação da Direcção dos Serviços de Economia de Macau**

**Índice:**

- 1. Consultas sobre o CEPA III promovidas pelos funcionários superiores de Beijing e Macau**
- 2. Sessão de Esclarecimento sobre as “Medidas Provisórias para a Gestão das Exportações de Têxteis do Interior da China” realizada em Macau, abordada pelas autoridades do Ministério do Comércio**
- 3. Apresentação das oportunidades de desenvolvimento, concedidas pelo CEPA à RAE de Macau, pelos Delegados de Macau aos representantes da União Europeia**
- 4. 2º Fórum dos Chefes de Município das Câmaras das Capitais Provinciais da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas realizado na cidade de Fuzhou da Província de Fujian**
- 5. “Colóquio sobre Lei e Política da OMC” realizado em Macau**
- 6. Participação dos representantes da Direcção dos Serviços de Economia de Macau na “61ª Sessão da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia-Pacífico (ESCAP)”, abordando o desenvolvimento de Macau e do CEPA**
- 7. Entrevista sobre o CEPA com pioneiros do Sector Logístico de Macau: elevadas barreiras à entrada e complexos procedimentos administrativos**

**Nota do Editor:**

- O período de candidatura para o “Exame Nacional Judicial 2005” terminou no mês passado. Um total de 36 residentes de Macau inscreveram-se no exame. Os candidatos de Macau que reúnem as condições necessárias terão o exame no Centro de Formação de Jurídica e Judiciária, em Macau, nos dias 17 ou 18 de Setembro.**
- Recentemente, o Ministério do Comércio e o Governo da RAE de Macau iniciaram as consultas, de uma forma construtiva, sobre o conteúdo do CEPA III. No que se refere ao comércio de mercadorias, todos os produtos com origem em Macau podem, em princípio, beneficiar de isenção de direitos aduaneiros quando exportados para o Interior da China a partir do dia 1 de Janeiro do próximo ano. Ambos os lados estão presentemente a trocar opiniões e a ajustar a lista de mercadorias e os critérios de**

origem.

- Com base nos 26 sectores de serviços já liberalizados o comércio de serviços irá alargar a sua liberalização.
- O tema principal desta consulta foi a **Facilitação do Comércio e Investimento**. Um grande esforço foi empreendido pelo Interior da China e Macau, em matéria de facilitação aduaneira, desde a implementação do CEPA. Além disso, o Ministério do Comércio e os Serviços Gerais de Alfândega vão realizar, em Agosto, um “Fórum sobre Comércio e Facilitação de Desalfandegamento ao abrigo do CEPA”, em Guangzhou, incidindo sobre a eficiência no desalfandegamento de mercadorias.

### **1. Consultas sobre o CEPA III promovidas pelos funcionários superiores de Beijing e Macau**

Após a primeira reunião do CEPA, realizada no final de Maio, em Beijing, as autoridades do Interior da China e da RAE de Macau realizaram, no final de Junho em Macau, a segunda reunião de funcionários superiores sobre o CEPA III.

A segunda reunião incidiu, essencialmente, na lista de produtos que pretendem beneficiar de isenção de direitos aduaneiros no âmbito do CEPA III, bem como o plano de trabalho para a Facilitação do Comércio e Investimento. Durante a reunião, os representantes de Macau explicaram a situação do comércio de mercadorias, comércio de serviços e da facilitação do comércio e investimento, na fase posterior à assinatura do Suplemento ao Acordo. Estes



Funcionários Superiores de Beijing e Macau discutiram o CEPA III.

representantes propuseram, igualmente, produtos que a comunidade empresarial pretendia ver acrescentar à lista a apresentar às autoridades do Interior da China, a qual incluiu um total de 91 categorias de mercadorias que actualmente já se encontram a produzir em Macau ou cuja produção, também em Macau, encontra-se prevista para um futuro próximo.

Durante o encontro, tanto os representantes do Interior da China como de Macau apresentaram as suas sugestões sobre a forma de reforçar a cooperação da facilitação do comércio e investimento entre ambos os lados, o que permitiria aos respectivos investidores desenvolver as suas actividades de uma forma mais eficaz. Serão levadas a cabo, em breve,

reuniões sobre o alargamento de liberalização do comércio de serviços no âmbito do CEPA III.

## **2. Sessão de Esclarecimento sobre as “Medidas Provisórias para a Gestão das Exportações de Têxteis do Interior da China” realizada em Macau, abordada pelas autoridades do Ministério do Comércio**

A convite da Direcção dos Serviços de Economia de Macau, o Sr. Sun Jiwen, Vice-Secretário do Departamento de Comércio Exterior do Ministério do Comércio, bem como outros funcionários do Interior da China participaram numa sessão de esclarecimento em



Funcionários do Ministério do Comércio e o Director Substituto da Direcção dos Serviços de Economia de Macau responderam às perguntas dos convidados.

Macau, a 20 de Julho de 2005, sobre as “Medidas Provisórias para a Gestão das Exportações de Têxteis”, que foram implementadas no Interior da China, precisamente, no mesmo dia da realização da sessão. O público alvo foram as empresas de Macau que instalaram fábricas no Interior da China.

Durante a sessão, o Vice-Secretário, Sr. Sun, declarou que essas medidas faziam parte da implementação do Memorando de Entendimento sobre as Exportações de

Produtos Têxteis e de Vestuário entre a China e a União Europeia. As medidas regem a distribuição das quotas de têxteis, estipulando que os candidatos podem se inscrever para o benefício do contingente aplicável às mercadorias, desde que tenham exportado mercadorias contingentes à UE, durante o período de 1 de Junho de 2004 a 31 de Maio de 2005. A distribuição das quotas será calculada com base nas exportações efectivas das empresas e, a partir do próximo ano, 5% do limite anual das quotas do Interior da China, inicialmente destinadas para a exportação temporária, será reservado para as novas empresas que não puderam atingir o nível mínimo de desempenho.

O Ministério do Comércio já anunciou o volume total das quotas nacionais para as 10 categorias de produtos a serem exportadas para a UE durante a primeira fase de distribuição; o segundo anúncio relativo à distribuição será publicado no final de Agosto, o mais tardar. Segundo o Sr. Sun Jiwen, por a UE ter iniciado as restrições sobre a importação de têxteis da China a partir de 11 de Junho, e tendo em conta que estas “Medidas” foram implementadas na China, somente em 20 de Julho, a segunda distribuição de quotas só será

procedida após de deduzir as exportações para a UE, efectuadas de 11 de Junho a 20 de Julho, das respectivas 10 categorias, do limite total de quotas.

Casos os empresários tenham quaisquer dúvidas sobre estas “Medidas”, podem obter mais informações contactando o Departamento de Licenciamento de Quotas do Ministério do Comércio ou ao Departamento do Comércio Exterior do Ministério do Comércio (Tel.: 86-10-65197420) :

Para obter mais informações sobre políticas, leis e regulamentos, visite por favor, as seguintes páginas electrónicas do Ministério do Comércio:

[Http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/bi/200507/20050700174994.html](http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/bi/200507/20050700174994.html)

[Http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/b/e/200507/20050700152444.html](http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/b/e/200507/20050700152444.html)

[Http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/b/e/200507/20050700155508.html](http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/b/e/200507/20050700155508.html)

[Http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/b/e/200507/20050700170770.html](http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/b/e/200507/20050700170770.html)

### **3. Apresentação das oportunidades de desenvolvimento, concedidas pelo CEPA à RAE de Macau, pelos Delegados de Macau aos representantes da União Europeia**

A 11ª Reunião da Comissão Mista UE - Macau reuniu na capital belga, Bruxelas, no dia 2 de Junho de 2005.

A Secretária para a Administração e Justiça da RAE de Macau, Dra. Florinda da Rosa Silva Chan fez uma apresentação sobre a recente evolução da economia de Macau e deu explicações sobre diversas áreas do Acordo CEPA, nomeadamente, quanto à sua implementação e das diferentes oportunidades para o desenvolvimento de Macau. Os representantes da U.E. manifestaram a sua surpresa quanto ao rápido crescimento da economia de Macau e acreditam que a mesma possa servir de plataforma de entrada no grande mercado do Interior da China. Além disso, os representantes de ambos os lados fizeram o balanço da cooperação no tocante ao comércio e direito, nomeadamente, no Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), propriedade intelectual, bem como os acordos para o reforço e estímulo, no futuro, do comércio, investimento e



A Secretária para a Administração e Justiça da RAEM, Dra. Florinda da Rosa Silva Chan, liderou a comitiva de representantes de Macau que participou na 11ª Reunião da Comissão Mista UE-Macau.

desenvolvimento da formação jurídica. Os representantes da União Europeia elogiaram a actuação de Macau relativamente à aplicação da Lei Básica e da Política de «Um País, Dois Sistemas», após o retorno da soberania. Nesta reunião participaram representantes de Macau, distinguindo-se a presença do Dr. Raimundo Arrais do Rosário, Chefe da Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da UE, do Dr. Jorge Costa Oliveira, Coordenador do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, da Dra. Oriana Drummond, Representante Adjunta da Delegação de Macau, junto da UE, da Dra. Tchiang Maria Van Kei, Assessora do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça, da Dra. Ieong Pou Yee, Subdirectora da Direcção dos Serviços de Economia de Macau e do Dr. Cheung Kam Wah, Director Adjunto dos Serviços de Migração do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau.

#### **4. 2º Fórum dos Chefes de Município das Câmaras das Capitais Provinciais da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas realizado na cidade de Fuzhou da Província de Fujian**

No dia 26 de Maio de 2005 realizou-se na cidade de Fuzhou, Província de Fujian, o 2º Fórum dos Chefes dos Municípios das Câmaras das Capitais Provinciais da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, tendo como objectivo “reforçar o comércio e economia nas capitais provinciais da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, promover a criação de zonas económicas, bem como a cooperação comercial entre o Interior da China e Taiwan”. O Director Geral do Departamento dos Assuntos de Taiwan, Hong Kong e Macau



O Director-Geral do Departamento dos Assuntos de Taiwan, Hong Kong e Macau do Ministério do Comércio, o Sr. Wang Ping Liao proferiu um discurso durante o fórum.

do Ministério do Comércio, Sr. Wang Liaoping, afirmou que desde a implementação do CEPA entre o Interior da China, Hong Kong e Macau, até finais de Abril deste ano, o valor total das mercadorias exportadas para o Interior da China, atingiu cerca de 1,6 mil milhões de dólares de Hong Kong, sendo o montante isento de direitos aduaneiros cerca de 200 milhões de renminbi. Foram assinados e emitidos em Hong Kong e Macau mais de 900 Certificados de Prestadores de Serviços. No que se refere ao “Esquema de Vistos Individuais”, as autoridades do Interior da China

assinaram e emitiram cerca de 13,8 milhões de vistos destinados a viagens individuais para Macau e Hong Kong. Referiu, ainda, que seriam lançadas sucessivamente consultas sobre o CEPA III. O Sr. Wang espera uma cooperação mais reforçada entre as diferentes províncias



na Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, especialmente a cooperação entre Hong Kong, Macau, Beijing e Guangzhou, manifestando plenamente as vantagens da cooperação regional entre Macau, Hong Kong e todas as províncias e cidades do Interior da China, de modo a alcançar um desenvolvimento mútuo.

##### **5. “Colóquio sobre Lei e Política da OMC” realizado em Macau**

A Faculdade de Direito da Universidade de Macau organizou, em 17 de Junho, um “Colóquio sobre Lei e Política da OMC”. A Subdirectora da Direcção dos Serviços de Economia de Macau, Dra. Ieong Pou Yee, discursou sobre a actual situação económica de Macau e a forma como as políticas do CEPA foram implementadas. Dado ao rápido crescimento da economia de Macau, os investidores estrangeiros têm sido atraídos para o território procurando oportunidades de negócio; além disso, e incentivado pelo CEPA, a produção de produtos de elevado valor acrescentado e a diversificação da estrutura industrial foram promovidas com sucesso, reforçando assim a competitividade e consolidando o papel de Macau como plataforma regional de comércio e de serviços. Participaram como oradores neste Colóquio o Dr. Jorge Oliveira, Director do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, o Prof. Henry Gao, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Hong Kong, o Dr. José Luís de Sales Marques, Presidente do Instituto de Estudos Europeus de Macau, bem como a Dra. Rita Santos, Directora do Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Foram abordados os efeitos das Leis e



Oradores convidados que participaram no Colóquio.

Políticas da OMC em Macau. Dado ao carácter aberto das políticas da OMC e a fim de acelerar o desenvolvimento da indústria do jogo de Macau, alguns estudiosos sugeriram que deveria haver uma política de maior liberalização, permitindo apostas vindas do exterior.

##### **6. Participação dos representantes da Direcção dos Serviços de Economia de Macau na “61ª Sessão da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia- Pacífico (ESCAP)”, abordando o desenvolvimento de Macau e do CEPA**

A 61ª Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), foi realizada de 12 a 18 de Maio do corrente ano, em Bangucoque, na Tailândia, subordinada ao tema “Implementação do Consenso de Monterrey na região da Ásia-Pacífico



Representantes do Instituto da Segurança Social, da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, bem como da Direcção dos Serviços de Economia de Macau participaram na sessão como observadores.

para atingir colectivamente a meta comum”.

A Dra. Jeong Pou Yee, Subdirectora da Direcção dos Serviços de Economia de Macau, apresentou o desenvolvimento de Macau nos 6 anos após o retorno de soberania. No âmbito do CEPA, referiu que o Esquema de Vistos Individuais possibilitou o rápido crescimento do sector dos serviços de turismo de Macau; as oportunidades proporcionadas pelo CEPA aos empresários, podendo os mesmos desenvolverem as actividades de serviços e produtos de marcas locais bem como a produção de mercadorias de elevado valor acrescentado; com a diminuição nas restrições existentes, os

sectores de serviços estão a ser beneficiados em alcançar o mercado do Interior da China com prioridade, face às empresas estrangeiras. De uma maneira geral, estas medidas podem ajudar as empresas de Macau a alcançar o equilíbrio e um desenvolvimento sustentável. Além disso, o CEPA também actua como plataforma no âmbito da facilitação do comércio e investimento, reforçando a cooperação entre Macau e o Interior da China. Os delegados a esta sessão incluíram o Subdirector do Fundo de Segurança Social, o Dr. Iong Kong Io e a Directora Substituta da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Dra Kong Pek Fong.

### **7. Entrevista sobre o CEPA com pioneiros do Sector Logístico de Macau: elevadas barreiras à entrada e complexos procedimentos administrativos**

Desde a implementação do CEPA, diversas empresas de Macau, a maioria dos sectores de serviços de transporte e logística, obtiveram o Certificado de Prestador de Serviços de Macau. No entanto, muitas dessas empresas não entraram nem se instalaram, efectivamente, no Interior da China. Presume-se que, embora as empresas de Macau tenham tido uma reacção positiva em relação ao CEPA, são de opinião que ainda enfrentam problemas tais como elevadas barreiras à entrada no mercado, para além dos complexos processos de requerimento ou restrições nos serviços que as elas oferecem, factos que desencorajaram muitos investidores de Macau e Hong Kong. Esta entrevista foi dada pela empresa “Mighty Ocean Shipping Ltd.”, uma empresa local de grande dimensão, que oferece serviços,

nomeadamente nas áreas de transportes marítimos internacionais, transportes inter-modais internacionais, declaração alfandegária e desalfandegamento. Actualmente, a empresa possui 25 empresas cooperativas e escritórios no Interior da China, criados antes da implementação do CEPA, prestando serviços na zona ocidental da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, em locais tais como Zhuhai, Zhongshan, Foshan, Shunde, Jiangmen e Shenzhen.

O Sr. Lo Tong Hoi, gerente de “Mighty Ocean Shipping Ltd.”, que acumula funções de Vice-Director e Presidente do Conselho de Administração da Agência de Navegação e Transportes Marítimos, em Macau, comentou acerca da implementação do CEPA e a sua experiência de gestão de uma empresa no Interior da China. O Sr. Lo acredita que o Governo Central tem intenções concretas no que respeita a aplicação do CEPA, a fim de promover o desenvolvimento económico e comercial entre o Interior da China e Macau. No entanto, neste ano e meio de existência do CEPA, os resultados não têm sido tão positivos como inicialmente previstos. Depois de analisar a situação, considerou que o Governo Central empreendeu uma série de esforços na promoção do CEPA e que os resultados poderiam ser devidos ao número limitado de sectores de serviços, inicialmente incluídos no CEPA. Até à data, o Interior da China permite somente o agenciamento internacional de carga e os serviços locais de conservação e armazenamento e logística dentro das suas fronteiras, o que não responde às necessidades da comunidade empresarial de Macau. Defendeu que, tendo em conta as políticas de segurança e as políticas de desenvolvimento económico do Estado, deveria ser permitido às empresas de Macau e de Hong Kong estabelecerem agências de transporte marítimo internacional e agências de logística internacionais de capitais próprios. Além disso, no que se refere aos problemas das elevadas exigências de regulamentação sobre as empresas, no que respeita ao capital social e à sua verificação anual, o Sr. Lo propôs que fossem permitidas às empresas a possibilidade de aumentarem, gradualmente, o capital social. Além disso, sugere que aquando da regulamentação das empresas, deve ser tido em conta as respectivas infra-estruturas e níveis de investimento.